

| 241 | O PROGRAMA UPP NA COMUNIDADE SANTA MARTA, RIO DE JANEIRO, E A DIMENSÃO DA INCLUSÃO SOCIOESPACIAL

Flávia Damásio e Silva, Fernanda Caixeta Carvalho, Livia Rodrigues Cavalcante

Resumo

O presente trabalho faz parte da pesquisa “Urbanismo na Sociedade de Risco: Estratégias de Planejamento, Projeto e Integração em Áreas de Conflito” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ. O objetivo principal é estudar a produção do espaço urbano a partir da influência das políticas de segurança adotadas em áreas de conflito. Também serão estudadas as questões sociais relativas a essas ações, tal como a moradia, emprego e renda, a valorização imobiliária e as políticas de inclusão social. Será investigada a relação entre a segregação socioespacial, degradação ambiental e violência urbana. O estudo dará subsídios para uma reflexão sobre possíveis estratégias de planejamento e projeto urbano que contribuam para a integração social e espacial das áreas formais e informais da cidade e para melhoria da qualidade de vida nestes espaços. Em outras palavras, o projeto tem como objetivo analisar o potencial de renovação e de absorção de estratégias de integração urbana nas comunidades informais. O Estudo de Caso é a Comunidade Santa Marta. A primeira comunidade a receber as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A metodologia da pesquisa baseia-se na análise da eficácia da ação governamental e das instituições da sociedade civil, (analisando, sobretudo, os investimentos em equipamentos comunitários e os novos usos e atividades nos espaços urbanos), e na percepção dos moradores. Analisam-se os projetos desenvolvidos e compara-se aos índices de violência e do mercado imobiliário, antes e depois da instalação da UPP. As técnicas de pesquisa utilizadas incluem levantamentos, documentação fotográfica, questionários e dados estatísticos.

Palavras-chave: Conflito; Segurança; Favela.

Introdução

O presente trabalho faz parte da pesquisa intitulada “Urbanismo na Sociedade de Risco: Estratégias de Planejamento, Projeto e Integração em Áreas de Conflito” e tem por objetivo principal estudar a produção do espaço urbano a partir da influência das recentes políticas de segurança adotadas em áreas denominadas de conflito, ou de traçado urbano informal. Tem por objetivo também estudar as questões sociais impregnadas e relativas a essa ação, tal como a moradia, emprego e renda, a valorização imobiliária e as políticas de inclusão social. Investiga-se a relação entre a segregação socioespacial, degradação ambiental e violência urbana.

O objetivo final dessa pesquisa é, a partir desse estudo, refletir sobre as possíveis estratégias de planejamento e projeto urbano que contribuam para a integração social e espacial das

áreas formais e informais da cidade e para melhoria da qualidade de vida nestes espaços. Em outras palavras, o projeto tem como objetivo analisar o potencial de renovação e de absorção de estratégias de integração urbana nas comunidades informais.

O Estudo de Caso é a Comunidade Santa Marta. Sua escolha se deu por ser a primeira comunidade a receber as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a mais importante política de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, além de ser pioneira em outras ações públicas. A metodologia da pesquisa baseia-se na análise da eficácia da ação governamental e das instituições da sociedade civil, (analisando, sobretudo, os investimentos em equipamentos comunitários e os novos usos e atividades nos espaços urbanos), e na percepção dos moradores. Analisa os projetos desenvolvidos e compara os índices de violência e do mercado imobiliário, antes e depois da instalação da UPP. As técnicas de pesquisa utilizadas incluem levantamentos, documentação fotográfica, questionários e dados estatísticos.

Concluimos que deveríamos agregar entrevistas ao modelo do questionário. Começamos a investigação dos atores principais, das lideranças que entrevistaremos. Iniciamos o processo de elaboração das perguntas e a próxima etapa será marcar e executar as entrevistas.

1 - Unidade de Polícia Pacificadora

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios controlados por traficantes, as UPPs possibilitam a inserção socioespacial dessas áreas.

Baseada na prática de policiamento comunitário, o método depende essencialmente de confiança. Porém, no caso carioca e das atuais UPPs, despertar tal confiança pode ser um grande desafio, pois a população já assistiu algumas iniciativas de policiamento comunitário dar errado: o Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO), o Posto de Policiamento Comunitário (PPC) e, mais recentemente, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Quando essas iniciativas deram errado, o tráfico agiu em represália contra os moradores que se valeram de algum envolvimento com a polícia.

No entanto os motivadores que levaram à implantação das UPPs dão maior credibilidade ao seu sucesso. Ao ultrapassar as fronteiras da favela, a violência produzida pelo tráfico afeta

toda cidade, o que forçou um amplo debate. No entanto suas ações ainda não haviam dado conta do problema. Com a escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 se tornou emergencial resolver a questão da violência urbana. Outro motivador foi o desenvolvimento econômico: a violência e a desordem desviam investimentos.

Hoje, na cidade do Rio de Janeiro já existem 21 Unidades de Polícia Pacificadora. Elas estão presentes principalmente na Zona Sul e na Zona Norte.

2 - Estudo de Caso Comunidade Santa Marta

2.1 - Breve Histórico das Favelas no Rio de Janeiro

A criação da favela como forma de ocupação urbana está vinculada a crise habitacional do século XIX e a crises políticas como a Revolta Armada (1894 a 1895) e a campanha de Canudos (1896 a 1897).

Em 1927, o urbanista Alfred Agache, elaborou um Plano de Remodelação, da capital, que na época era o Rio de Janeiro. O Plano Agache, o qual não foi colocado em prática, pretendia transformar o Rio de Janeiro em uma cidade monumental. Foi o primeiro documento oficial que tratava da questão das favelas. O Plano tratava a favela como um problema social e estético, e a única solução encontrada seria sua erradicação.

Em 1937, o Código de Obras da cidade reconhece a favela e tem a primeira política pública voltada para as favelas. O Código propõe a eliminação das favelas, proíbe a construção de novas moradias e a melhoria das existentes.

Foi na década de 1940 que houve a maior proliferação das favelas no Rio de Janeiro.

Lílian Vaz (1998) enaltece o fato de que “nas décadas de 1940-1950 e seguintes assistiu-se à expansão metropolitana e à formação das periferias”. Nesta época havia forte pressão para a remoção das favelas. Grande parte da população de baixa renda optou em ir para as periferias cada vez mais distantes, onde aumentavam os números de loteamentos populares.

A produção de conjuntos habitacionais esteve associada à política de remoção de favelas nos anos de 1960 e 1970. Durante essa época, grande parte de moradores das favelas foi transferida para assentamentos distantes. A sua maioria não contava com comércio e nem com sistema de transportes coletivos que garantisse as condições de deslocamento para as

pessoas. Grande parte das áreas de onde as favelas foram removidas foi ocupada por empreendimentos imobiliários de apartamentos de alto luxo.

Foi também nas décadas de 1960 e 1970 quem em vários países as ditaduras militares declararam guerra às favelas que eram vistas como centros de resistência ou simplesmente como obstáculos ao aburguesamento urbano.

O início do período militar caracterizou-se por uma atitude autoritária, com a remoção compulsória de assentamentos de invasores com a ajuda das forças de segurança pública.

Em 1992 o Plano Diretor desenvolvido para a cidade do Rio de Janeiro estabelece alguns parâmetros como, por exemplo, a inclusão das favelas nos mapas e cadastros da cidade e se inicia uma busca pela integração das favelas aos bairros cariocas.

Durante os anos de 1994 até 2000 o programa Favela-Bairro da Prefeitura do Rio de Janeiro teve como objetivo integrar a favela ao resto da cidade através de obras de urbanização, saneamento básico e acesso a equipamentos e mobiliários urbanos.

A partir de 2008 o governo federal lança o programa para intervenção urbanística em algumas comunidades da cidade do Rio, denominado de PAC para favelas. No mesmo ano no mês de dezembro foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora na comunidade Santa Marta, a qual vamos estudar.

Por serem ignorados pelo poder estatal, os moradores destas áreas se viram obrigados a criarem suas próprias regras. A consequência do descaso foi o surgimento de grupos paraestatais que dominaram estas áreas e contribuíram com o aumento da informalidade local, juntamente com o crescimento da violência. Esta produzida pelo braço armado do tráfico. A violência ultrapassou a favela e começou a incomodar diversos atores da sociedade o que fez com que a favela voltasse a ser foco das atenções tanto nacionais quanto internacionais, tendo em vista a candidatura da cidade para os Jogos Olímpicos.

Contudo, a atuação do Estado frente a problemática das favelas vem mudado ao longo dos anos. Inicialmente a solução encontrada era a remoção dessas habitações, hoje já é possível pensar em como integrar essas áreas a cidade e dar condições de vida digna aos moradores desses locais.

2.2 - Breve Histórico da Comunidade Santa Marta

O Santa Marta é uma favela localizada no Morro Dona Marta, entre os bairros de Santa Teresa e Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. A comunidade localiza-se na área de planejamento 2, na Região Administrativa IV (Botafogo). A comunidade possui cerca de 4.800 moradores e 1370 residências. Seus limites são bem definidos, apresentando poucas possibilidades de expansão territorial, sendo sua expansão dada pelo adensamento das casas e seu crescimento vertical, apresentando construções com até cinco pavimentos.

A ocupação que deu origem ao Morro Santa Marta data da década de 1920. Na década seguinte foi construída uma capela para abrigar a imagem de Santa Marta, padroeira que deu nome à favela. Em 1942, uma corrente migratória ampliou o número de moradias no terreno, até então ainda tomado por mata densa. A expansão imobiliária da década de 50 e 60 continuou a oferecer trabalho aos moradores do morro e contribui para sua expansão.

Na década de 1980, o tráfico de drogas armado se fortaleceu dentro da comunidade, devido a vários fatores reflexos da conjuntura nacional e estadual, contribuindo para o aumento da segregação deste espaço.

A visita do cantor Michael Jackson para a gravação de um videoclipe em 1996 deu origem a um ponto turístico na comunidade, que além de uma estátua do cantor, conta com uma bela vista da cidade. Sua visita contribui para divulgar internacionalmente os problemas sociais vividos nas favelas cariocas.

A comunidade, controlada pelo tráfico desde os anos 80, foi a primeira a ser ocupada pela Unidade de Polícia Pacificadora, inaugurada em 19 de dezembro de 2008. O Fórum UPP Social, que marca oficialmente a instalação do programa, foi realizado em 27 de outubro de 2011. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, o território não é mais dominado pelo tráfico e diversas ações estão sendo tomadas para promover a inclusão socioespacial da favela.

Antes da ocupação da polícia foi inaugurado um plano inclinado ligando as partes alta e baixa da favela (29 de maio de 2008). O novo recurso é uma importante política de mobilidade, facilitando a vida da população local que precisa subir cerca de 1.300 degraus para chegar à parte alta da favela.

A favela foi beneficiada, neste mesmo ano, pelo programa Estadual de Urbanização, no qual foram realizadas obras de infraestrutura, incluindo redes de esgoto, drenagem e distribuição

de água. Foram realizadas também melhorias no sistema viário, pavimentação de áreas públicas, construção do segundo trecho do plano inclinado, obras de contenção de encostas, construção de unidades habitacionais e melhorias de outras já existentes. As obras foram paralisadas em 2010, em virtude da concentração de esforços do governo estadual em socorrer as áreas prejudicadas pelas fortes chuvas no Estado do Rio de Janeiro.

No início de 2009 houve a instalação de uma rede de internet wireless gratuita no morro, para uso da comunidade. A Light também foi responsável pelo investimento na renovação do sistema elétrico na região.

Em 2011 foi a Cedae a investir, renovando o sistema de fornecimento de água. Apesar da inclusão oferecida pela melhora no sistema elétrico, os moradores reclamam de agora terem de pagar pelo fornecimento de energia, antes provida clandestinamente.

No início de 2012, o Vice-governador e coordenador de Infraestrutura do estado, Luiz Fernando Pezão, foi ao morro Santa Marta anunciar a volta depois de dois anos das obras de reurbanização da favela. O valor liberado é de R\$ 8,1 milhões. A Secretaria estadual de Obras, por intermédio da Empresa de Obras Públicas do Estado (Emop), pretende construir 64 unidades habitacionais, que serão destinadas aos moradores das áreas de risco, e 225 residências receberão melhorias. Está prevista a construção de um centro comunitário de ação social e reflorestamento de áreas devastadas por ocupações irregulares

Compreender o cotidiano “pós-UPP” é essencial para observar se estão sendo implantadas políticas que permitam a inserção socioespacial da comunidade Santa Marta. Questões como o saneamento, a coleta de lixo ou a saúde implicam em políticas de inclusão, pois implicam na renovação urbana de espaços segregados.

3 – A Segurança e o Mercado Imobiliário

A crescente valorização imobiliária é uma realidade na cidade do Rio de Janeiro. Parte desse estudo busca investigar se essa valorização é consequência da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora.

Pesquisas e notícias evidenciam que a valorização se consolida pela pacificação das favelas, mas não como um motivo isolado. O cenário político-econômico do país explica o aquecimento da construção civil.

Contribuíram também os projetos e investimentos gerados pelos megaeventos esportivos na cidade, como seus efeitos. Os a realização de dois megaeventos e instalação das UPPs em comunidades dos Rio foram importantes para o resgate da autoestima da cidade. A ocupação da polícia militar nas comunidades deu ao carioca uma sensação de segurança, despertando o interesse imobiliário por regiões próximas às favelas ocupadas.

Na Zona Sul, vale ressaltar que os preços dos bairros são muito pressionados pela escassez de terrenos e demanda acirrada, constituindo a implantação das UPPs uma ação catalisadora para a valorização. Sendo assim a pacificação sozinha não justifica a alta dos preços. No entanto o policiamento também contribuiu para o aumento da liquidez, ficou mais fácil vender imóveis nas regiões pacificadas. Botafogo segue como o resto da região: com a demanda crescendo expressivamente mais que a oferta.

O fenômeno de valorização é mais difícil de avaliar nas próprias comunidades, já que as negociações imobiliárias acontecem sem corretores. Porém este é um fato constatado informalmente. Em conversa com os moradores foi revelado que o aluguel de uma casa dentro da comunidade esta por volta de 600 Reais. Segundo os moradores aumentou a procura por imóveis dentro da Comunidade Santa Marta. Muitas pessoas estão construindo mais andares em suas casas para poder alugar, isso esta gerando uma verticalização das favelas e pode trazer consequências graves para seus moradores.

O programa do governo não se limita à área de segurança, implica melhorias nos serviços básicos, como saneamento básico, coleta de lixo e distribuição de energia elétrica nas favelas. Estas mudanças estão provocando uma mudança da economia dentro da favela, não apenas em residências, mas também no comércio informal. Durante uma visita de campo foi relatado por moradores que tudo dentro da favela sofreu uma inflação. Antigamente as pessoas compravam uma pizza em um restaurante no Santa Marta por R\$ 10,00 hoje em dia, a mesma pizza custa mais de R\$ 20,00 pois o dono do estabelecimento está pagando pela luz, gás e tudo que é utilizado no estabelecimento.

No entanto, podemos observar que o processo de revitalização e conseqüente valorização da área também contribuem para potencializar a gentrificação na região. A elevação do custo de vida nos locais onde são implantadas as UPPs, acabam expulsando para outras regiões moradores incapazes de arcar com os novos preços e com a regularização dos serviços (água, luz, tv a cabo). Existe o receio de que outras despesas cheguem à comunidade, como o IPTU

(e para isso a regularização das propriedades). É uma relação ambígua, quando entram os direitos, entram também os ônus, os deveres inerentes. A situação é ainda mais grave para aqueles que residem no pico do morro Dona Marta, pois nesta região as moradias são mais precárias. Estes moradores estão enfrentando a possibilidade de serem removidos. A prefeitura argumenta que a área seja de risco, e que o reassentamento será feito dentro da própria comunidade. Contudo se percebe um forte movimento de resistência onde os moradores rebatem dizendo que a tecnologia poderia tornar as moradias seguras. Mesmo que o poder público não force a retirada desses moradores, a força do capital já o vem fazendo.

4 - Eventos e Turismo

A importância da UPP auxilia na inclusão socioespacial também quando, através do sentimento de segurança, permite o restabelecimento do direito de ir e vir e diminui a marginalização do espaço favelado. Nesse caso uma marginalização simbólica, pois apesar de encontrar-se em região central do Rio de Janeiro a comunidade tem sua integração prejudicada pela violência. Ou pior, é marginal porque tem na sua precariedade, uma ameaça para os bairros formais da cidade. O quadro mudou, e hoje qualquer pessoa que queira visitar o Santa Marta tem liberdade de fazê-lo.

Diversas iniciativas tentam atrair visitantes à comunidade: Projetos culturais, festas e festivais, blocos de carnaval. A mídia tenta fantasiar a favela como um artigo fashion, quase como uma mercadoria, ou como um fetiche. Torna-a fascinante. A “patricinha” sobe ao morro para ir a “badala” que haverá na comunidade. Porém a maioria das festas realizadas dentro da comunidade tem os ingressos vendidos a um preço muito alto o qual se torna impossível que um morador da favela frequente a “balada”. Portanto não há um incentivo em um estreitamento entre a relação “asfalto-favela”, não existe a integração entre o morador e o forasteiro que sobe a favela. O que permanece na comunidade é o dinheiro do visitante para o comerciante, que tem a oportunidade de diversificar seus produtos e cobrar mais por suas mercadorias.

O Governo do Estado também lançou um programa voltado para a atividade turística, o *Rio Top Tour*. A comunidade ganhou placas informativas, além de treinamento de guias turísticos e monitores locais. O projeto piloto, foi lançado em agosto de 2010, prevê inclusão

dos moradores como empreendedores do turismo. Consiste em uma abordagem que valorize a cultura e produza uma autoestima no morador da favela.

A partir da pacificação da comunidade, a Secretaria de Estado de Turismo, Esportes e Lazer começa agora alguns projetos para a preparação dos moradores e dos novos comerciantes neste projeto turístico de inclusão social. O projeto reúne vários setores governamentais e tem o apoio do Ministério do Turismo e parcerias com a Investe Rio (agência de fomento do Governo do Estado) na aquisição de linhas de crédito para comerciantes e SEBRAE, na identificação de atividades econômicas e capacitação profissional. A Prefeitura do Rio ficará responsável pelo apoio logístico para a coleta de lixo, contenção de encostas e emissão de alvarás para os moradores que desejarem participar do programa.

Após a capacitação, a Secretaria Estadual de Turismo, Esportes e Lazer dará o selo “Amigo do Turista”, identificando que o morador participou do projeto e está dentro dos padrões de qualidade para o turismo, seja como guia ou como comerciante. O Morro da Providência é a próxima comunidade que será beneficiada com o projeto Rio Top Tour.

Conclusão

A pacificação atua com a tomada de território da criminalidade o que provoca a busca dos criminosos por outros territórios. A política das Unidades de Polícia Pacificadora para ter sucesso necessita mais do que a ocupação policial, da presença permanente do Estado em todas as áreas abandonadas, dando melhores condições e diminuindo a vulnerabilidade dos moradores.

O que observamos nesse estudo foi que, nem todas as iniciativas contribuíram para a inclusão socioespacial das áreas de conflito. Entre os fatores que contribuem com a inclusão socioespacial destaca-se: os investimentos públicos; projetos sociais e as organizações civis; o turismo e projetos socioculturais.

De fato os investimentos públicos têm acontecido, e não se pode mais dizer que as favelas cariocas se tratam de territórios abandonados. Tais investimentos concentram-se nas áreas de infraestrutura. Como visto anteriormente houve melhorias na área de saneamento básico, de mobilidade e de inclusão social.

Sobre os projetos sociais e as organizações civis, a UPP Social é uma estratégia da Prefeitura do Rio de Janeiro para a promoção da integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por Unidades de Polícia Pacificadora. O que está se buscando é reverter o legado da violência e de exclusão territorial nesses espaços. Na comunidade também atuam outras organizações como é o exemplo da Organização dos Moradores e do Grupo ECO. Este grupo é uma entidade sem fins lucrativos de caráter educacional e cultural. O objetivo do Grupo ECO é promover e apoiar na Favela Santa Marta em atividades e iniciativas que visem o desenvolvimento humano integral das pessoas e da comunidade, tendo uma atenção especial às crianças, adolescentes e jovens. O Grupo busca a afirmação da dignidade da pessoa humana; do pleno exercício da cidadania; do fortalecimento da solidariedade comunitária participativa; contribuindo desta forma para a construção de uma sociedade justa, livre e participativa. O Grupo ECO leva um destaque, pois é um importante aparelho de resistência na comunidade, que busca se mobilizar e negociar junto às decisões do Estado segundo as necessidades da população.

O turismo que hoje existe na Comunidade Santa Marta, serve como atrativo para novos visitantes e conseqüentemente para o aquecimento do comércio e para a criação de novos postos de trabalho. No entanto, nem todas as atividades turísticas tem contribuído para a integração “morro x asfalto”. Existem algumas empresas de turismo que fazem um passeio de jipe com os turistas, em sua maioria estrangeiros, pela favela. Porém estes turistas não saem do jipe não fazendo assim nenhum tipo de contato com os moradores locais.

Através do estudo realizado também foi observado alguns fatores que não contribuem com a inclusão socioespacial, como por exemplo, a valorização imobiliária e suas conseqüências.

Como foi visto anteriormente a instalação da UPP em conjunto com outras ações contribuiu para a valorização imobiliária dentro e fora dos limites da favela Santa Marta. Essas ações não caminharam no sentido de integrar a população da favela com a cidade formal, e estão contribuindo em um processo de gentrificação da população local. Esta é uma das características da tendência da aproximação entre Estado e Mercado. Um percentual dos recursos direcionados a política pública das UPPs é proveniente do Estado, no entanto há também uma participação do empresariado. Esse comprometimento com a pacificação acata em realidade os interesses particulares, atendendo o momento econômico o qual passa o Rio de Janeiro, sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos.

Outro fato observado no local é a falta de investimento na melhoria das habitações existentes e espaços privados. Entendemos que a violência urbana tem vínculos com a qualidade de habitação. Apesar da existência do POUZO (Posto de Orientação Urbanística e Social), que deveria orientar e fiscalizar as obras, sua atuação está aquém do proposto. Fora esse programa não existe investimento na melhoria das habitações existentes.

Contudo, a população que vive em favelas tem crescido muito nos últimos anos. Segundo dados, entre o ano 2000 e 2010 a população favelada aumentou 19%, mais do que os 5% de aumento da população que vive em áreas formais. Hoje, mais de 20% dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro moram em favelas. Portanto torna-se cada vez mais importante o estudo destas áreas buscando assim compreender e ajudar na busca de futuro melhor para estes locais que foram, por um longo tempo, esquecido por muitos.

Bibliografia

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 : EDUSP, 2000.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel (org.) A Cidade pelo Avesso: desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. "Ordem e Irregularidade no espaço urbano: uma perspectiva regulatória e urbanística" in PINHEIRO MACHADO, D. B. Sobre Urbanismo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006, pp. 89-102.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Gringo na Laje: Produção, circulação e consumo da favela turística. FGV Editora, 2009.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ABREU, Mauricio de A.. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro , 1987. IMOS Gráfica e Editora.

OST, Sabrina Marinho. O mercado sobe a favela: um estudo sobre o Santa Marta pós-UPP. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

PETERSEN, Lu. Das remoções à Célula Urbana: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Cadernos de Comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL da Prefeitura do Rio de Janeiro. (2003), Das remoções à célula urbana: evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro.

VAZ, Lilian F. e JACQUES, Paola B. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001, pp. 664/674.

VAZ, Lílian Fessler. Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro: o esvaziamento da cidade formal e o adensamento da cidade informal. In *Anais do XXI International Congress Latin American Studies Association*, Chicago, 1998, CDRom.

Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. In: CD-Rom Anais do VIII Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, UFF, Niterói, 2004.

Sites:

SINDICATO DE HABITAÇÃO. Disponível em:
<http://www.secovirio.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1829&sid=209&tpl=pri>
nterview [Acesso em: Jul. 2012].

FAVELA SANTA MARTA TOUR. Disponível em:
<www.favelasantamartatour.blogspot.com/> [Acesso em: Fev. 2012]

GUPO ECO. Disponível em:< <http://www.grupoeco.org.br/>> [Acesso em: Março. 2012]

UPP REPÓRTER. Disponível em:< http://upprj.com/wp/?page_id=42>. [Acesso em: Fev. 2012]

UPP SOCIAL. Disponível em:<<http://www.uppsocial.org/>>[Acesso em: Fev. 2012].

REVISTA CONSTRUÇÃO MERCADO. Disponível em:
<<http://revista.construcaomercado.com.br/negocios-incorporacao-construcao/127/artigo246113-1.asp>> [Acesso em: Jul. 2012]

RECORD. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/rio-imoveis-tem-valorizacao-superior-a-100-em-bairros-com-upps-20120414.html> [Acesso em: Ago. 2012].

VISÃO DA FAVELA BRASIL. Disponível em:
<http://www.visaodafavelabrasil.com.br/lancamento-da-reurbanizacao-do-morro-santa-marta-17122012>>. [Acesso em: Fev. 2012]